

# Mariléa: educação já chegou ao fundo do poço

Para secretaria estadual, pesquisa do MEC, que deixou o Rio em oitavo lugar, é ponto de partida para melhorar o ensino

**Victor Javoski e Luciana Anselmo**

• O oitavo lugar alcançado pela rede de ensino do Rio na avaliação da Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional do Ministério de Educação e Cultura (MEC) foi considerado um péssimo resultado pela secretaria estadual de Educação, Mariléa Cruz. Na pesquisa, o Rio ficou perdeu inclusive para Goiás, que ficou em sétimo. Brasília e Minas Gerais atingiram as maiores médias, ficando em primeiro e segundo lugares, respectivamente. Para a secretaria, a educação no Rio chegou ao fundo do poço:

— Isso é péssimo. Queríamos o primeiro lugar, mas reconhecer essa deficiência é o primeiro passo para não repetir a colocação no ano que vem.

O problema não é apenas dos alunos. O despreparo dos mestres ficou flagrante no último concurso realizado pela Prefeitura do Rio, para professores de matemática da 5<sup>ª</sup> à 8<sup>ª</sup> séries. Dos 1.865 candidatos inscritos para a disputa de 300 vagas, apenas 123 passaram. Só eles alcançaram o índice mínimo de acerto exigido, que era de 60% das questões.

Faltam professores nas salas de aula mas não faltam notas no boletim. Os estudantes que se formaram no Colégio Estadual Paulo de Frontin ano passado não tiveram aulas de Física durante os três anos do Segundo Grau. Mas concluíram o curso com nota "C" (suficiente) na disciplina.

— A política do Governo é deixar o aluno passar de ano. Mesmo sem aulas, eles têm que ser aprovados — lamenta Leny Bruck

da Motta Maia, professora de Geografia do Instituto de Educação, na Tijuca.

O Instituto de Educação é apontado como centro de referência na formação de professores pela secretaria de Educação. Seus alunos da 3<sup>ª</sup> série do Segundo Grau, no entanto, não tiveram aulas em cinco matérias nos dois primeiros meses de 96. Resultado: suas notas no primeiro bimestre serão mera transposição da que tirarem no segundo.

## Para professor, quem merece nota baixa é o Governo

O oitavo lugar dos alunos do Rio na pesquisa não surpreende o professor de Química Jorge Melo. Para ele, a péssima média de acertos é reflexo do nível de investimento público na Educação. Ele diz que quem merece nota

baixa é o Governo e não o aluno. Há 11 anos na rede estadual, Jorge recebeu no último dia 13 o contracheque referente ao mês de abril: R\$ 250,03, ou 20% do que recebe em escolas da rede privada, pela mesma carga de trabalho. Os baixos salários obrigam Jorge a dar aula em cinco colégios: três privados e dois estaduais.

— Essa colocação até que está boa. Enquanto não melhorarem a condição do professor, os resultados serão esses — reclama.

Com salários tão baixos, os professores fogem das salas de aula assim como os alunos. Em menos de um ano, 2.621 mestres abandonaram a rede estadual. Entre abril de 95 e fevereiro de 96, a Secretaria estadual de Educação recebeu uma média de 11 pedidos de exoneração ou de aposentadoria por dia útil.

A Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio convive diariamente com a má formação dos alunos cariocas. Segundo a secretaria da associação, Regina Vieira, os requerimentos e denúncias que recebe, feitos por alunos das redes pública e privada, são recheados de erros grosseiros de português. É comum, por exemplo, o requerimento de "estórico" escolar, em vez de histórico.

— O pior é que o governador e a secretaria não tomem uma providência definitiva para mudar esse quadro — diz Regina.

O governador Marcello Alencar também lamentou o resultado do estudo, que atribuiu à deterioração da rede de ensino nos últimos governos. Ele também identifica a péssima remuneração dos professores como principal causa da formação deficiente dos

alunos, mas afirma que não tem solução para esse problema a curto prazo:

— Encontramos o setor em crise, colocamos um esparadrapo aqui, outro ali, mas não conseguimos recuperar o doente ainda. Quem sabe, no final do meu Governo a colocação seja melhor.

Ele assinou ontem um convênio garantindo o repasse, para 81 municípios, de 25% de toda a verba que o estado recebe para a educação. São R\$ 147 milhões destinados a investimentos no ensino fundamental — de 1<sup>ª</sup> à 4<sup>ª</sup> série. Segundo Marcello, essa seria uma maneira de municipalizar o ensino fundamental para que o estado cuide exclusivamente do ensino do Segundo Grau.

— O problema não é a falta de professores e sim a má distribuição deles — disse Marcello. ■